



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0025143-25.2012.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Silvana Aparecida Soad Soares**
Requerido: **Construdecor Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que adquiriu mercadorias da ré, não tendo sua entrega ocorrido no prazo ajustado.

Alegou ainda que um dos batentes que recebeu estaria empenado, de sorte que almeja à percepção de valores que especificou.

A ré em contestação admitiu o atraso na entrega das mercadorias à autora, dispondo-se a restituir-lhe o valor pago a título de frete.

De outra parte, o vício no batente aludido a fl. 02 restou comprovado pelas certidões de fls. 38 e 44, as quais não foram impugnadas pela ré.

Quanto a esses temas, portanto, prospera a pretensão deduzida.

Na verdade, em momento algum foi firmada divergência sobre a devolução da quantia de R\$ 34,75, ao passo que a ela se soma o valor do batente adquirido pela autora em virtude do vício que apresentava.

Solução diversa aplica-se ao pedido para condenação da ré ao pagamento de multa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Tal previsão foi estipulada no Decreto Estadual nº 55.015/2009, que regulamentou a Lei nº 13.747/2009, vigente na data dos fatos.

O art. 4º do citado decreto foi expresso ao imputar ao fornecedor que não cumprisse a data e o turno ajustados as “sanções previstas no artigo 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor ...”.

Esse artigo 56 dispõe sobre o pagamento de multa como **sanção administrativa**, tanto que seu valor é revertido a um Fundo indicado no art. 57 do mesmo diploma legal.

Fica claro a partir desses dados que a autora não faz jus ao recebimento de multa por parte da ré, devendo esta – se for o caso – ser fiscalizada e eventualmente punida nos limites dos dispositivos legais pertinentes.

Por fim, a espécie não permite vislumbrar a ocorrência de dano moral da autora passível de ressarcimento porque não se entrevê que ela tenha experimentado abalo de vulto a configurar aquele tipo de dano.

A situação nesse contexto não extravasou o âmbito do descumprimento contratual por parte da ré.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 114,75, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Realizado o pagamento, a ré poderá em trinta dias retirar o batente com vício que se encontra na posse da autora; decorrido o prazo in albis, a autora poderá dar o destino que melhor lhe aprouver ao bem.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA